



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20041/2023
Data do Início	28/09/2023
Folha	32
Rubrica	

Processo nº 20041/2023

PARECER GPG N.º 860/PGM/2023
RECURSO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
N.º 01/2023 - ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 10/10/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de Recurso interposto pela AJA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP ao edital de pregão eletrônico nº. 01/2023, que tem por objeto a CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) QUADRAS POLIESPORTIVAS COBERTAS E UM PÁTIO COBERTO NO CAMPUS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA – CEPT, em Itaipuaçu – Maricá.

I – A RECORRENTE alega inconformismo acerca de questões técnicas relativas às planilhas apresentadas pela empresa ora Recorrida, o que configuraria descumprimento ao Edital. Ainda contesta que não houve a apresentação do cronograma físico financeiro, bem como da decomposição do BDI.

II- A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, às fls. 27/31, informa que ao analisar o recurso, foi observado que a planilha de memória de cálculo da administração local de fato não foi apresentada pela empresa ora Recorrida.

Diante de tal fato, a Comissão optou por retroagir os atos para solicitar e analisar a planilha de memória de cálculo da administração local, que por equívoco não foi observada anteriormente. Para tanto fundamenta sua decisão no princípio da autotutela.

É o relatório.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20041/2023
Data do Início	28/09/2023
Folha	33
Rubrica	

II - DO MÉRITO

Insta esclarecer que, o objeto do presente parecer encara o exame dos atos realizados no procedimento interno de apuração do certame.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer acerca do entendimento da doutrina e jurisprudência pátria sobre o tema do formalismo moderado no âmbito de análise em licitações. O artigo 43, §3º da lei 8.666/93 enuncia como “facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

Nesse sentido, a vasta evidência de precedentes do Tribunal de Contas da União demonstra que possíveis erros materiais são passíveis de retificação, em circunstâncias fáticas às quais não se demonstre quaisquer impeditivos para sua correção. A título meramente exemplificativo, traz-se a lume o precedente abaixo exposto:

(...) a mencionada desclassificação da proposta não deve ser considerada uma obrigação, mas uma prerrogativa do poder público, que deverá ser exercida de acordo com o princípio da razoabilidade, em especial considerando a necessidade de se buscar a proposta mais vantajosa aos cofres públicos. Por esse motivo, o Ministro-Relator fez referência ao princípio do formalismo moderado, no sentido de que seria apropriado, zelosamente, esgotar os meios possuídos para obtenção da melhor proposta, realizando-se diligências para suprir as informações faltantes” (TCU - Acórdão 3381/2013 – Plenário – Rel. Min. Valmir Campelo)

Logo, é salutar a realização de diligências com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Assim sendo, as decisões pela inabilitação ou desclassificação deverá ser conformada ao princípio da proporcionalidade, de modo que a realização de diligência deve ser vista como regra e a inabilitação ou desclassificação deverá ser sempre devidamente justificada.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20041/2023
Data do Início	28/09/2023
Folha	34
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

De todo modo, no âmbito da circunstância fática ora analisada, a Comissão Permanente de Licitação observou que a planilha de memória de cálculo da administração local, de fato não foi apresentada pela Recorrida.

O respectivo órgão considerou se tratar de uma situação passível de realização de diligência por parte da pregoeira. E tendo em vista manifestação da pregoeira no sentido de que *“esta Comissão se vê obrigada, a constantemente estar revendo seus atos para melhor preservação do interesse público, bem como garantir que seus atos estão de acordo com os demais princípios que versam sobre o direito administrativo”*, optou por *“solicitar e analisar a planilha de memória de cálculo da administração local, que por equívoco não foi observada anteriormente.”*

Em tal contexto, há entendimento a balizar a juntada de novos documentos após a abertura da sessão pública do certame em sede de diligências, e desde que estes sirvam para esclarecer dúvidas, imprecisões ou insuficiência de informações pertinentes.

Tendo como base a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a vedação à inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta (art. 43, §3º, da Lei 8666/93) impede a anexação de documentos os quais o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Por conseguinte, possibilita-se a excepcionalíssima inclusão de documentos que se limitem a atestar condição pré-existente à abertura da sessão, consoante precedente abaixo transcrito:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20041/2023
Data do Início	28/09/2023
Folha	35
Rubrica	

NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). **O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**” (grifo nosso) (Acórdão 1211/2021, Plenário, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues).

Outrossim, foi trazido aos autos pela empresa ora Recorrente alguns questionamentos quanto as planilhas apresentadas e não apresentadas, alegando-se ainda sobre desconformidades no conteúdo disposto nos aludidos documentos.

Na mesma esteira, esta Especializada ao analisar os autos entende que por se tratarem de questionamentos técnicos, deve a equipe técnica responsável da Secretaria de Educação manifestar-se sobre o assunto, através de justificativa detalhada, assinada por profissional, com expertise para examinar os apontamentos levantados.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20041/2023
Data do Início	28/09/2023
Folha	36
Rubrica	

Apesar de já ter a Comissão Permanente de Licitação se manifestado sobre o tema, nota-se a necessidade de nova análise para identificação de possíveis irregularidades, especificamente no que tange as planilhas apresentadas pela empresa Recorrida.

No que tange ao questionamento acerca do BDI, a Comissão afirma, às fls. 31, que foi apresentado na planilha de proposta de preços e detalhamento de custos (fls. 3575 a 3602) e quanto ao cronograma físico financeiro, que este não é exigido pelo Edital de licitação. Logo, que não haveria necessidade de mais análises.

Resta consignar que todas as decisões devem ser justificadas e fundamentadas para fins de legalidade do procedimento licitatório, não podendo desrespeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

III - CONCLUSÃO

Por todo exposto, este Órgão opina pelo atendimento às diligências descritas neste parecer, para fins de análise recursal, cabendo à Autoridade Competente, **no caso o Ordenador de Despesas**, proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento s.m.j.

À Comissão Permanente de Licitação,

Islay Monnerat
Assessora
Mat.: 106.203

FABRÍCIO MONTEIRO PORTO
Procurador-Geral do Município